



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA 16ª VARA DE FAMÍLIA DA  
COMARCA DE FORTALEZA/CE, EM CUMPRIMENTO ÀS PORTARIAS  
N.ºs 73 E 98 DE 2012, DA LAVRA EXCELENTÍSSIMA  
DESEMBARGADORA EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR,  
CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**

No dia trinta do mês de novembro do ano de 2012, às 9h, no Fórum Clóvis Beviláqua da Comarca de Fortaleza, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar, Francisco Eduardo Torquato Scorsafava; a Dra. Maria Albeni de Freitas Vasconcelos Estevão, Juíza de Direito titular da 16ª Vara de Família; o Dr. Renato Sávio de Lima Luz, Diretor de Secretaria, e demais servidores lotados na unidade, realizou-se a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o douto Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, recebendo, na ocasião, uma via do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (Ficovi) devidamente assinado pelo juiz e diretor de secretaria. Considerando que a unidade sob inspeção apresenta o acervo processual tramitando, integralmente, na forma eletrônica, pontuou-se que a ação seria feita, exclusivamente, com base nos dados gerenciais extraídos do **SISTEMA SAJEST**, por conterem informações mais detalhadas e precisas para aferição do atual andamento das causas no juízo.

O Juiz Corregedor Auxiliar acima nominado, após conferência do Ficovi, emitiu os seguintes Relatórios, os quais passam a integrar o presente Termo: i) Relatório Gerencial da Vara com base na movimentação processual de janeiro a novembro de 2012; ii) Relatório do quantitativo de cartas precatórias em andamento; iii) Relatório dos processos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; iv) Relatório dos processos em andamento sujeito ao Estatuto do Idoso; e, v) Relatório específico retratando os processos ativos sem movimentação pelo juízo.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**De conformidade com as informações constantes dos mencionados relatórios, cumpre consignar as seguintes informações com emissão respectivas recomendações para o aprimoramento do serviço** : i) A unidade detém a competência privativa para as ações de guarda e cumprimento das cartas precatórias envolvendo a matéria. Por essa razão, os feitos em tramitação ensejam a realização de estudo social a cargo do Setor de Serviço Social do Fórum Clóvis Beviláqua, uma vez que, na unidade, não há lotação de profissional da área; ii) com referência ao acervo processual e os dados dos relatórios, tendo em vista que os dados coletados do **Sistema SAJEST** se vinculam à movimentação da unidade até o dia 26/11/12, houve divergência de dados tendo em vista a prolação de despachos, decisões e sentenças por parte da juíza, do mencionado período até a presente data. Verificaram-se, ainda, flagrantes inconsistências dos registros apontados nos relatórios com a efetiva movimentação das causas pelo juízo. Isso decorre, basicamente, da irregularidade da conferência dos dados migrados pelos anteriores sistemas para o Sistema SAJ. Não obstante isso, consigna-se adiante a correção dos informes: ii) Com referência aos feitos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, houve movimentação das causas pelo juízo no decorrer desta semana, de forma que o quantitativo atualizado é o seguinte: Meta 2 de 2009 – 6; Meta 2 de 2010 – 20; iii) Apesar de o Relatório Gerencial apontar feitos sem movimentação há mais de 365 dias, detectou-se que o quantitativo efetivamente sem movimentação é bem inferior ao registrado, razão pela qual a secretaria deverá corrigir a mencionada informação, excluindo as devidas inconsistências advindas da migração processual; iv) Constam 21 ações sujeitas ao Estatuto do Idoso, razão pela qual as mesmas devem ser constantemente monitoradas a fim de se assegurar a prioridade processual; v) Tramitam, no módulo, 228 cartas precatórias. Considerando o expressivo quantitativo, aconselha-se agilizar o cumprimento das mesmas a fim de não prejudicar a tramitação nos juízos deprecantes; vi) Por ocasião dos procedimentos afetos à automação processual, a secretaria detectou falhas na digitalização dos processos n.s **01322573220098060001**, **00187511520088060001**, **04289887220108060001**, **00042058120108060001** e **04287513820108060001**. Nos dois primeiros feitos, persistem problemas quanto à liberação das imagens das peças processuais, o que motivou a anular o procedimento de digitalização, tornando-o sem efeito para devida correção. Nos demais, houve troca de capas, porém a irregularidade já foi devidamente sanada; vii) A Unidade não assegura, na prática, a prioridade de tramitação das ações sujeitas ao Estatuto do Idoso. Diante disso, recomendou-se o aperfeiçoamento da tramitação dessas causas, como forma de se garantir a efetiva prioridade processual, na forma da lei; viii) A douta juíza noticiou a dificuldade de tramitação das ações em que há necessidade de realização do estudo social, o que prejudica a prestação jurisdicional. Para melhor enquadramento fático, existem 579 ações aguardando a realização desse exame, sendo que o Setor de Serviço Social do Fórum – por atender a todas as varas de Família de Fortaleza - atua, no momento, nos casos ajuizados no ano de 2011, havendo drástico prejuízo no andamento das causas, sobretudo porque o aludido estudo se mostra indispensável para a



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéa – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

resolução do litígio pelo órgão julgador; ix) Por fim, considerando a não-conferência da carga e devolução dos processos físicos, **durante o período que antecedeu a remessa dos autos físicos para digitalização**, sugere-se a conferência quanto a devolução dos processos físicos que eventualmente estivessem com carga a advogados e demais operadores do Direito.

**DEMAIS MATÉRIAS:** iv) **bens apreendidos:** especial atenção foi dispensada no que diz respeito ao tema em tablado, ocasião em que a equipe ficou cientificada da existência das regras que regem a matéria, mormente quanto ao regular cumprimento do Manual de Bens Apreendidos elaborado pelo CNJ; v) **Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:** i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) a juíza titular da vara está cadastrada nos sistemas Bacenjud, Infoseg e Renajud (META 8 de 2009), tendo concluído, inclusive, a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); iii) Encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); iv) A Unidade está na iminência de cumprir a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010, conforma registro anteriormente consignado; v) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; vi) No decorrer do presente ano, o percentual de julgamento está sendo inferior ao de distribuição, não cumprindo, até o momento, a Meta 1 de 2012. **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA:** nada consta. **BOAS PRÁTICAS:** nada consta.

Quanto aos livros, levando em conta que todo o acervo tramita na forma eletrônica, não há razão para apreciação dos mesmos, sobretudo porque todos os atos são arquivados eletronicamente.

O protocolamento das petições intermediárias está sendo feito, obrigatoriamente, no Protocolo-Geral, mormente porque as ações tramitam no meio eletrônico.

A secretaria recebeu cópia dos seguintes atos normativos: i) Recomendação nº42/2012/CNJ; ii) Resoluções n.ºs 71 e 152 do CNJ; iii) Provimento nº4/2012/CGJ; iv) Provimento nº3/2009/CGJ.




**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**


Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 12h20, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

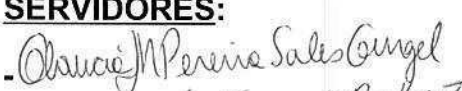
E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo juiz corregedor auxiliar, servidora do TJCE, Juiz titular do módulo, diretor de secretaria e demais servidores lotados na Secretaria de Vara da referida Comarca.

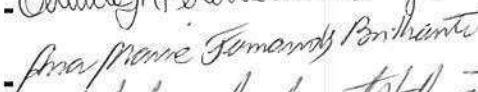
  
**Francisco Eduardo Torquato Scorsafava**  
**Juiz Corregedor Auxiliar**


  
**Maria Albeni de Freitas Vasconcelos Estevão**  
**Juíza de Direito**

  
**Renato Sávio de Lima Luz**  
**Diretor de Secretaria**

**SERVIDORES:**

-  Olívio Pereira Sales Gurgel

-  Ana Maria Fernandes Bonifácio

-  José Henrique de Almeida

-  Hugo Canalizante da Costa

-  Fátima

-

 Hugo